

---

<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2014v1n33p361>

Fonseca, L. C. *Inglês Jurídico – Tradução e Terminologia*. São Paulo: Lexema, 2014. 253 p.

---

A tradução jurídica, apesar de representar um papel importante no contato entre culturas ao longo da história, e mesmo com o destaque conferido a esta atividade a partir, por exemplo, da criação de organismos como a ONU e a União Europeia, é uma área que em geral vinha recebendo pouca atenção no contexto dos estudos da tradução e dos estudos jurídicos, como observam Susan Šarčević (*New Approach to Legal Translation*, 1997) e Deborah Cao (*Translating Law*, 2007). O quadro atual é um pouco diferente, embora o volume de publicações sobre tradução jurídica ou direcionadas para esta área ainda seja pequeno quando comparado, proporcionalmente, à demanda de tradução de textos jurídicos.

No caso do par linguístico inglês-português, um número razoável de dicionários e glossários especializados estão disponíveis como ferramentas de apoio para o trabalho do tradutor jurídico; há uma grande carência, porém, de outros tipos de fontes de consulta confiáveis além de obras terminográficas de qualidade. Esta carência é sentida particularmente no campo da formação de tradutores de inglês/português, que até então não contava com uma referência específica que apontasse os fundamentos para esta modalidade.

*Inglês Jurídico* representa uma importante contribuição neste contexto. O livro, escrito em linguagem elegante e objetiva, é resultado da organização de uma série de textos originalmente publicados por Luciana Carvalho Fonseca em meio eletrônico, na página da Tradjuris – law, language & culture (empresa dirigida por Fonseca) e na coluna Migalaw do portal jurídico *Migalhas*. A obra reflete a longa experiência teórica e prática da autora, que é advogada e tradutora, além de

professora de tradução jurídica, cultura e interpretação consecutiva e simultânea da PUC-SP. Um dos aspectos mais interessantes da metodologia utilizada na proposta do livro é justamente o fato de a maior parte dos tópicos abordados ter partido de dúvidas sobre tradução e terminologia apresentadas por leitores dos referidos *sites*, conforme explica a autora (p. 07), indicando a pertinência do perfil prioritariamente aplicado do conteúdo da obra.

A obra está dividida em duas grandes seções: “1. Tradução jurídica” e “2. Terminologia jurídica”. A primeira seção inicia com o apontamento dos principais desafios enfrentados na tradução jurídica. Tais desafios, segundo Fonseca, são dois: as exigências da linguagem de especialidade de partida e de chegada; os problemas advindos “do fato de a tradução jurídica envolver sistemas jurídicos distintos não só em termos de legislação, mas de história, tradição, visão de mundo, convenções sociais, expectativas culturais, lógica, entre outros” (p. 29). Nesse sentido,

aliás, a abordagem de Fonseca é coerente ao longo da obra, uma vez que a autora mantém sua preocupação em esclarecer diferenças relevantes entre as culturas jurídicas envolvidas no decorrer de seu texto.

A discussão segue com uma breve introdução histórica à tradição da *common law*, para então concentrar-se em alguns traços fundamentais do inglês jurídico. O caso dos binômios serve para ilustrar as interferências de diferentes línguas na formação desta língua de especialidade. Neste ponto, destaca-se o papel do latim e depois do francês – os idiomas utilizados, como se sabe, no direito inglês antes do século XVIII (p. 30). Os binômios seriam “termos jurídicos com acepções similares” (p. 31), ou expressões formadas por palavras sinonímicas ou duplicadas, como “deem and consider” e “last will and testament”, cujas traduções sugeridas pela autora são, respectivamente, “considerar” e “testamento”. Mais adiante, são discutidos também os binômios formados por preposições, como

“by and between”, presente no exemplo “This agreement is entered into *by and between* A and B...” (p. 57) – situação em que a tradução literal não seria adequada (“O presente contrato é celebrado *por e entre* A e B”), sendo aconselhada a solução mais simples (“entre”) “Para privilegiar a naturalidade na linguagem jurídica em português e para traduzir linguagem jurídica por linguagem jurídica” (p. 57).

As sugestões de Fonseca – tanto na tradução do português para o inglês quanto na tradução do inglês para o português – mostram-se a favor de uma linguagem jurídica “mais acessível e simplificada”, adotando a proposta de Garner (2001) e do *Plain English Movement* (p. 32). Esta será a recomendação em relação aos binômios e também no caso dos arcaísmos em inglês, mencionados em subdivisão específica, onde é fornecida uma lista de arcaísmos a evitar, contendo sinônimos e também sugestões de correspondentes em português (p. 41).

Ainda nesta primeira seção sobre questões gerais da tradução

jurídica envolvendo o inglês e o português, comentam-se o plural de palavras de origem latina e grega, os verbos modais mais frequentes (*shall, may* e *will*, entre outros), o uso do subjuntivo, algumas preposições que envolvem decisões de tradução mais complicadas e casos de polissemia. Todas as explicações beneficiam-se de outra característica metodológica importante da proposta de Fonseca, a saber, a utilização de pesquisa em *corpora* para a seleção de exemplos e correspondentes nas línguas de partida e de chegada, o que possibilita, entre outras vantagens, notas sobre opções mais habituais nos respectivos contextos.

A segunda seção, “Terminologia jurídica”, apresenta dez subdivisões e corresponde à maior parte do livro. A primeira subdivisão apresenta os termos fundamentais, “aqueles que, em virtude de sua alta recorrência no discurso jurídico, são essenciais para que o receptor do referido discurso atinja um nível inicial de compreensão da área de especialidade” (p. 67). Nesse sentido,

são abordados os termos *common law*, *legal*, *court*, *jurisprudence*, *law*, *reasonable* e suas colocações. Aqui, e em outros pontos do livro, nem sempre o inglês é a língua de partida; no comentário sobre o termo *law*, por exemplo, há uma valiosa lista das várias áreas do direito em português com sua tradução para o inglês.

Nas oito subdivisões seguintes, a terminologia é agrupada por subárea em “Direito administrativo”; “Direito civil”; “Direito comercial”; “Direito constitucional”; “Direito contratual”; “Direito penal”; “Direito processual” e “Direito do trabalho”, sendo que a última subdivisão discute os termos utilizados para designar “Os profissionais do direito” nos sistemas de *common law*.

Não há um formato textual rigorosamente estável na abordagem dos termos e colocações selecionados em cada subárea, mas em geral são apresentadas definições, explicações sobre contextos de uso, em cujo desenvolvimento já se pontuam sugestões de correspondentes para termos-chave,

como na passagem sobre o funcionamento da Suprema Corte dos Estados Unidos (que auxiliará na delimitação do conceito de *writ of certiorari*, em “Direito constitucional”): “A SC é composta por oito **juízes** (*associate justices*) e um **juiz-presidente** (*chief justice*). (...) Todos os recursos e ações de competência originária são decididos em **plenário** (*en banc*)”. A partir da estabilização dos conceitos, são fornecidos, então, exemplos contextualizados com sugestões de correspondentes e recomendações de estratégias de tradução, informações por vezes complementadas com a apresentação de termos relacionados, ou do mesmo campo semântico.

Ao final do volume, as “Referências” apresentam “Bibliografia” atualizada de direito, linguística e tradução, e também uma seleção de “Dicionários, vocabulários e tesouros”, além da lista de “*Corpora* eletrônicos” utilizados no livro e “Outros trabalhos da autora”. Infelizmente, o volume não conta com índice remissivo, o que sem dúvida fa-

---

ilitaria a localização dos termos e colocações durante a consulta.

*Inglês Jurídico* é, certamente, uma referência fundamental para as áreas de terminologia jurídica comparada e tradução jurídica no par inglês-português. É nos comentários esclarecedores a respeito das particularidades das diferentes culturas jurídicas, aliados à análise da língua de especialidade em seu contexto de uso,

onde reside uma das principais riquezas do livro, uma vez que este tipo de material dificilmente será encontrado em glossários e dicionários.

Juliana Steil  
Universidade Federal de Pelotas

Recebido em: 28- 01-14

Aceito em: 24-04-14

---